



Índice

- 01** Condomínio de fazendas teme ampliação de invasão indígena em Corumbá
- 02** Não há política pública para resolver questão do índio, diz Maggi ao pedir solução definitiva
- 03** SAD convoca candidatos índios e negros do concurso da Agehab para entrevista
- 04** Crime Ambiental: Justiça condena município a pagar R\$ 100 mil a índios
- 05** MMA faz capacitação em gestão territorial e ambiental indígena
- 06** MOBILIDADE - Secri fará reunião com estudantes negros e indígenas
- 07** Prefeitura apoia produção em aldeias indígenas de Dourados
- 08** Governador confere estrutura da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas
- 09** Omissão de governantes na questão indígena favorece interesses ocultos, diz Alexandre Garcia
- 10** Procuradora da República visitou a Comunidade Quilombola Macambira, em Lagoa Nova
- 11** Ufes vai abrir curso só para os indígenas
- 12** Quilombolas do Vale do Ribeira (SP) promovem audiência pública
- 13** Povos tradicionais reclamam de perseguição e querem aprovação de projeto sobre políticas públicas



- 14 Caetité: UNEB realiza Seminário Leituras de África e Encontro das Comunidades Quilombolas
- 15 Encontro discute a educação quilombola no Amapá
- 16 Três informes da Aty Guasu: Em Yvy Katu, jagunços atacaram os Guarani às 23 horas de ontem, dia 4
- 17 Comissão de Direitos Humanos do Senado debate elaboração de marco legal para povos tradicionais
- 18 MPF recomenda que Incra publique RTID da comunidade quilombola Rio dos Macacos
- 19 Em debate, a exploração sustentável de riquezas naturais em terras indígenas
- 20 II Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais: "Entre a Implementação, Ameaça e Retrocesso Constitucional" – Chamada de trabalhos
- 21 "Governo Dilma é omissa e negligente com os povos indígenas", diz bispo
- 22 CIR divulga Nota de Apoio a Paulo Daniel, representante do Cimi no CISI, e conclama indígenas a denunciarem as irregularidades da Sesai
- 23 Livro "Mulheres Negras contam sua História" será lançado na Conapir
- 24 MARÉ ALTA | Senado discute comunidades tradicionais
- 25 Prefeitura de Dourados apoia produção em aldeias indígenas
- 26 Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris



-
- 27** Comunidades tradicionais pressionam pela aprovação do PL 7447
 - 28** Belo Monte mostra que é preciso dialogar, diz secretário
 - 29** Líder quilombola assume mandato na Câmara de Niterói
 - 30** Comunidades tradicionais querem aprovação de projeto que garante políticas públicas
 - 31** Promotores de Justiça de Sergipe têm tese jurídica aprovada no XX Congresso Nacional do Ministério Público
 - 32** Pistas de pouso em áreas indígenas serão registradas como aeródromos particulares
 - 33** Governo reconhece cinco comunidades quilombolas do AM
 - 34** MPF/AM realiza programação em alusão ao mês da Consciência Negra



Condomínio de fazendas teme ampliação de invasão indígena em Corumbá
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 4.11.2013

A invasão de duas propriedades por indígenas, desta vez em Corumbá, a 419 quilômetros de Campo Grande, preocupa um grupo de produtores rurais do condomínio Nabileque, um complexo de 12 fazendas na região do Pantanal.

Invasidas há mais de 40 dias por indígenas da etnia Kadiwéu, as fazendas Limoeiro e Ressaco, que integram o complexo, levam os demais proprietários a temer que a “omissão” das autoridades diante de mandatos de reintegração de posse incentive os indígenas a ampliar a área da invasão para todo o condomínio. O pedido de reintegração de posse já havia sido concedido em outubro do ano passado, mas os índios voltaram a invadir a propriedade.

O condomínio tem 726 mil hectares, destes, 155 mil são reivindicados pela etnia Kadiwéu, o que corresponde a oito fazendas. Atualmente, os índios ocupam 35 mil hectares da Limoeiro e na Ressaco, ambas adquiridas pelo produtor rural Rovilson Alves Correia na década de 60.

Ontem, o dono de duas fazendas do condomínio, Roberto Coelho, participou de uma reunião com as lideranças que promoveram a invasão. Segundo ele, 20 produtores rurais foram recebidos pelos indígenas. Correia preferiu não participar do encontro.

“Alguns proprietários já tinham conversado individualmente com os indígenas em outras ocasiões, mas, em conjunto, foi a primeira vez”, conta. “Nós mesmos optamos por promover esse encontro porque a Funai não cumpre os mandatos de reintegração de posse, e essa omissão da Polícia Federal em fazer cumprir determinações da Justiça nos leva a tomar providências por conta própria”, acrescenta.

O advogado de Correia e de outras seis fazendas do Nabileque, Carlos Fernando de Souza, há 30 dias entrou com nova liminar de reintegração de posse na 2ª Vara Federal de Campo Grande, e aguarda resposta da solicitação. Para o advogado dos produtores, a reivindicação dos índios é inconsistente porque a área de litígio foi adquirida em 1921.

Terceira invasão – Esta é a terceira vez que a Limoeiro é invadida. A primeira vez foi em março de 2011, a segunda em agosto deste ano. Nesta ocasião, uma comunicação foi encaminhada ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, requerendo providências. Os indígenas saíram da propriedade, mas voltaram há cerca de 40 dias.

“A ação demonstra que os indígenas descumpriram acordo com o ministro José Eduardo Cardozo, quando afirmaram que não haveria novas invasões até o desfecho das negociações de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

compra no Estado”, ressaltou Souza. Também lembrou que o acordo prevê que as propriedades invadidas serão desconsideradas para a compra.

Conforme a Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de MS), existem 79 propriedades invadidas no Estado, 21 destas após o acordo firmado entre produtores, indígenas e o ministro da Justiça, que em visita à Campo Grande, garantiu apontar soluções para os conflitos agrários. Até agora, as negociações continuam paradas.

Não há política pública para resolver questão do índio, diz Maggi ao pedir solução definitiva

SÍTIO AGRO OLHAR, 05.11.2013



Senador é presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado

O senador Blairo Maggi (PR-MT) fez um apelo para que o governo federal resolva definitivamente a questão das terras indígenas e acabe com os conflitos fundiários que atingem principalmente o setor produtivo nos estados das regiões Norte e Centro-Oeste.

Durante audiência pública da Comissão de Meio Ambiente do Senado, nesta terça-feira (5.11), destinada a debater a exploração de riquezas em terras indígenas, o senador disse que as demarcações não resolvem a questão do índio no país.

Leia mais:

Trabalho escravo tem semana decisiva no Senado e Maggi defende tranquilidade no campo
Ministro da Justiça diz que questão indígena tem "potencial de conflito assustador"

"Não há nada no leque de políticas públicas do governo federal que possa ser tomado como um conjunto ao menos razoável de medida tendentes a esta finalidade. Não há orientação suficientemente ampla e coesa, capaz de nortear a ação do Estado em relação à questão do índio. O que existe se restringe a um mínimo de diretrizes e programas que não conversam entre si", declarou.

O parlamentar criticou o aumento das áreas destinadas para estas comunidades ao afirmar que elas prejudicam o setor produtivo rural e apontou a interferência de diversos grupos "mal intencionados" que estão "encastelados na estrutura do governo " e que perseguem como metas a criação de "enclaves territoriais" no centro do país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

“O reconhecimento das terras indígenas é fruto de um método de dimensionamento abusivo, feito sob falso pretexto e com base em expedientes técnicos e administrativos questionáveis”, disparou ao lembrar que há claros interesses estrangeiros nas demarcações de reservas para prejudicar o setor produtivo nacional.

Segundo dados da Funai, as terras indígenas já ocupam 50% do território de Roraima, 27% dos territórios do Amazonas e do Pará e 15% de Rondônia e do Acre. Em Mato Grosso já são mais de 2 milhões e 300 mil hectares demarcados. As terras indígenas já ocupam 110 milhões de hectares, o que representa 13% do território nacional”.



SAD convoca candidatos índios e negros do concurso da Agehab para entrevista
SÍTIO JUSTIÇA.INF.BR, 5.11.2013

Extraído de: Governo/MS - 3 horas atrás

Campo Grande (MS) – A Secretaria de Estado de Administração (SAD) publicou no Diário Oficial desta terça-feira (5) a convocação dos candidatos aprovados na prova escrita do concurso público da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab) e que se declararam negros e índios no ato da inscrição, para comparecerem na entrevista que será realizada no dia 11 de novembro de 2013, às 8 horas, na Academia de Polícia Civil (Acadepol), localizada na rua Osmar de Camargo, s/n, bloco XV, Parque dos Poderes, em Campo Grande.

O candidato deverá comparecer no local da entrevista com 30 minutos de antecedência do horário marcado para seu início munido do documento de identificação utilizado para inscrição, além de cópia da sua certidão de nascimento. A declaração firmada pelo candidato no momento da sua inscrição será confrontada com o seu fenótipo.

Índios

O candidato que se declarou índio no ato da inscrição deverá comparecer no local da entrevista munido da Cédula Oficial de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança com o registro da etnia indígena ou com o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (Rani) original expedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ou certidão de nascimento constando a etnia indígena.

Não haverá segunda chamada e nem realização da entrevista fora da data, horário e local estabelecidos. Mais informações sobre o concurso e suas etapas podem ser obtidas clicando aqui.

Autor: 5/11/2013 | Rodrigo Gordin

Crime Ambiental: Justiça condena município a pagar R\$ 100 mil a índios

SÍTIO PORTAL O NORTE, 5.11.2013



A 5.^a Turma do Tribunal Regional da 1.^a Região condenou o Município de Cachoeirinha (TO) ao pagamento de R\$ 100 mil, a título de indenização por danos morais aos indígenas da comunidade Apinajé, das Aldeias de Buriti Comprido, Cocalinho e Palmeiras. As comunidades indígenas tiveram suas casas incendiadas e saqueadas como represália a eventos ocorridos dias antes, provocados por condutas comissivas e omissivas praticadas pelo prefeito da cidade e simpatizantes.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou a ação pleiteando a concessão de indenização por danos morais e materiais às referidas comunidades indígenas que tiveram suas casas incendiadas e destruídas.

A petição inicial descreve que o prefeito do Município de Cachoeirinha adentrou a aldeia Cocalinho, sem autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai), fez promessas aos indígenas e não as cumpriu, gerando, por consequência, conflito entre indígenas e não indígenas.

Após o acirramento dos ânimos, o prefeito permitiu que fosse realizada ação de resgate de um trator que fora retido pelos índios. Na ocasião, cinco cidadãos do município, sendo um secretário municipal, invadiram a reserva indígena, inclusive atirando para reaver o veículo. Dias depois, após novo confronto, o MPF afirma que a aldeia foi completamente destruída por um incêndio criminoso.

Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente, tendo o MPF interposto apelação ao TRF da 1.^a Região. Sustentou que a conduta dos representantes da municipalidade contribuiu decisivamente para os fatos. Argumentou que a destruição da aldeia é decorrência da conduta comissiva e/ou omissiva de cidadãos comuns e de servidores do Município de Cachoeirinha, pois os mesmos, especialmente o ente estatal, deixaram de "recorrer aos mecanismos legais para recuperação do bem", preferindo "o exercício arbitrário de suas próprias razões", ponderou.

Reiterou com essa fundamentação, o pedido de condenação do município ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais, extensíveis às famílias dos indígenas, assim como o pagamento mensal de um salário mínimo aos indígenas prejudicados, pelo período de dois anos.

CONT.



Ao analisar a apelação, a relatora, desembargadora federal Selene Maria de Almeida, entendeu que a municipalidade é responsável pela destruição da aldeia indígena. "O nexo de causalidade, na espécie, encontra-se suficientemente demonstrado, não se afigurando necessária a individualização dos agentes que provocaram o incêndio na aldeia. O incêndio consistiu na óbvia e rápida consequência da ação levada a efeito pelos servidores do município no resgate do trator retido pelos índios", afirmou a magistrada.

Para a relatora, é cabível a indenização por danos morais, tendo em vista que, no caso em análise, "houve evidente depauperação da condição social da comunidade Apinajé como decorrência do incêndio na aldeia de Cocalinho e da fuga em massa dos índios para aldeia São José".

Com relação ao pedido de extensão da indenização por danos morais às famílias dos indígenas, a relatora entendeu que a solicitação não procede. Isso porque o pedido formulado na inicial decorre da destruição da aldeia e não da conduta dos indígenas em atacar os invasores. Sobre o pedido de pagamento de um salário mínimo aos indígenas prejudicados pelo período de dois anos, a desembargadora Selene Maria de Almeida esclareceu que "não possui causa de pedir a justificá-lo, razão pela qual fica indeferido".

Dessa forma, a Turma, nos termos do voto da relatora, deu parcial provimento à apelação para condenar o Município de Cachoeirinha ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 100 mil e de danos materiais no montante a ser apurado por meio de liquidação.

(Fonte: Ascom)



MMA faz capacitação em gestão territorial e ambiental indígena

SÍTIO JORNAL BRASIL ON LINE, 5.11.2013

É a primeira vez que se dá apoio direto a planos de gestão de modo mais sistemático

Como parte das iniciativas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de apoio à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável promove, durante toda esta semana (04 a 08/11), na sede do MMA, em Brasília, o Curso de Capacitação para Projetos dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Legal. A ação, apoiada pelo Programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), é financiada pela Cooperação Internacional Alemã (KfW).

No total, o MMA aprovou 16 projetos de Planos de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Legal, por meio da PNGATI. A primeira turma, que está fazendo o curso nesta semana, capacitará dez projetos e, depois, na semana que vem (11 a 15/11), serão mais seis. "Estes projetos são um marco inicial porque é a primeira vez que o MMA apoia diretamente planos de gestão de modo mais sistemático", explica o secretário técnico do Programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Jânio Coutinho.

FIM DE CICLO

Segundo ele, o curso também representa o encerramento de um ciclo, pois, serão os últimos projetos apoiados do PDPI. "Depois desses projetos, apoiaremos a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental e as suas respectivas implantações com recursos do orçamento público, do Fundo Amazônia, entre outros, sempre em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que é o principal órgão executor da política indigenista, sempre com o apoio da Secretaria-Executiva da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)", acrescenta Coutinho.

Durante o curso, os representantes dos projetos apoiados pelo Programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) serão orientados e capacitados para a formatação das propostas, que devem estar em conformidade com a PNGATI, instituída por meio do Decreto nº 7.747, de 2012. A política tem o objetivo de promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Fonte: Ascom do MMA



MOBILIDADE - Secri fará reunião com estudantes negros e indígenas

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 5.11.2013

A Secretaria de Relações Internacionais (Secri) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) fará uma reunião com estudantes negros e indígenas interessados em concorrer à mobilidade internacional, por meio do Programa Erasmus Mundus (Ação 2 – Vertente 1, no Grupo-alvo III), no dia 13 de novembro, das 14h às 16h, na sala 1 da Faculdade de Enfermagem (Faen), campus de Cuiabá. Promovida pela Secri em parceria com a Pró-reitoria de Assistência Estudantil (Prae), o objetivo é sanar dúvidas dos estudantes.

As inscrições para o Programa Erasmus Mundus estão abertas até o dia 15 de dezembro. De acordo com o Programa, o grupo-alvo III refere-se a “candidatos nacionais de um dos 6 países da América Latina numa situação particularmente vulnerável por motivos sociais ou políticos, por exemplo: ter estatuto de refugiado, ser beneficiário de asilo, ter sido vítima de expulsão injustificada de uma universidade por motivos raciais, étnicos, religiosos, políticos, de gênero ou de orientação sexual, ou pertencer a uma população indígena”.

O programa reconhece a possibilidade de estudantes que ingressaram nas universidades federais por meio de cotas raciais poderem concorrer às bolsas.

Para concorrer, entre outras condições, o estudante deve ter completado com êxito pelo menos um ano de estudos na sua instituição de origem.

Na UFMT, a Prae será a instância responsável para emitir a declaração de reconhecimento da situação particular de vulnerabilidade por razões sociais ou políticas para os estudantes interessados em concorrer nesse grupo.

Mais informações podem ser obtidas na Secri, localizada no prédio da Coordenação de Exames Vestibulares (CEV), ao lado da Faculdade de Direito.

Prefeitura apoia produção em aldeias indígenas de Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 5.11.2013

Foco é a produção familiar de alimentos de subsistência, como mandioca, milho e abóbora



Trator da prefeitura prepara solo para produção de alimentos de subsistência na aldeia Panambizinho

A Prefeitura de Dourados mantém constantemente o preparo de solo nas aldeias indígenas de Dourados. Dois tratores trabalham sem parar todos os dias para dar conta de demanda. O trabalho é coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar e Economia Solidária, por determinação do prefeito Murilo.

De acordo com o diretor de Agricultura Creginaldo Arcângelo, as ações acontecem nas aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho, de forma organizada e planejada.

Em torno de 600 famílias são atendidas por ano, com o preparo de 400 hectares de solo em média. A terra recebe gradeação por duas vezes, ficando pronta para o plantio. A prioridade é para as famílias inscritas em algum programa, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

As famílias inscritas no PAA, por exemplo, segundo Creginaldo, têm prazos de entrega acertados e o plantio não pode atrasar. Através do trabalho da prefeitura, muitos produtores indígenas estão inscritos no PAA.

Creginaldo explica que o preparo do solo atende exclusivamente as famílias que plantam alimentos de subsistência, como mandioca, milho, batata, abóbora, melancia e maxixe. A

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

prefeitura também fornece as sementes para as famílias indígenas. O combustível para os tratores é fornecido pela Funai.

Apesar de todo o trabalho, o município enfrenta falta de maquinários para preparar mais áreas na reserva. Para resolver esse problema, o secretário Landmark Ferreira Rios informa que a prefeitura já articulou com deputados e senadores que representam o município emendas para mais oito patrulhas mecanizadas completas.

Landmark explica que a proposta do prefeito Murilo é dar todo o apoio necessário para que os índios possam produzir o seu alimento de subsistência em grande quantidade e com qualidade.

Com apoio da prefeitura, muitas famílias já garantem o alimento e ainda vendem o excedente para o PAA e para consumidores de Dourados. São ações que ajudam a melhorar a qualidade de vida nas aldeias.



Governador confere estrutura da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas
SÍTIO O DOCUMENTO, 5.11.2013

As instalações para a 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas estão na reta final e governador Silval Barbosa esteve no local do evento, o Jardim Botânico, nesta segunda-feira (04) para conferir a estrutura. Trinta e oito ocas estão sendo montadas para receber delegações de 48 etnias nacionais e representações indígenas de 16 países. Os jogos começam na próxima sexta-feira (08) e seguem até o dia 16 de novembro.

Além das ocas, que vão servir de alojamento para os 1.600 participantes, a estrutura é composta por refeitório, tendas para as feiras de artesanato e da agricultura familiar tradicional indígena e a "Oca Digital", que contará com 20 computadores para atividades de inclusão digital. Também foi construída a "Oca da Sabedoria", onde serão realizados os debates sobre a questão indígena no Brasil e no Mundo e o fórum social, que decidirá qual a cidade que receberá os jogos mundiais: Palmas (TO), São Paulo (SP) ou Rio de Janeiro (RJ). Haverá ainda a tenda de Central de Apoio, para atender a imprensa, realizar reuniões e atendimentos médicos - se necessário.

Esta é a primeira edição que contará com representações indígenas internacionais, destacou o governador Silval Barbosa. "Os representantes dos 16 países vão discutir a realização dos primeiros jogos mundiais indígenas, que devem acontecer em 2015, no Brasil". Além da importância dos jogos para o esporte, o governador lembra que esta será a oportunidade de mostrar para o Brasil e para o mundo a cultura indígena e o turismo nas reservas indígenas de Mato Grosso.

O coordenador dos jogos, Marcos Terena, diz que a organização do evento se preocupou em montar uma estrutura de dormitórios, refeitórios e jogos segura e de qualidade aos participantes e embaixadores. "As delegações já estão saindo de suas aldeias e nossa preocupação é em deixar tudo pronto", frisou o organizador. Os jogos são realizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) e contam com o apoio do Governo de Mato Grosso e do Ministério dos Esportes.

A 12ª edição dos jogos começa no pôr do sol de sexta-feira (08), quando será realizada a cerimônia sagrada, para abençoar a semana de competições. No sábado (09), será a abertura oficial do evento, com a participação de autoridades municipais, estaduais e nacionais.



Omissão de governantes na questão indígena favorece interesses ocultos, diz Alexandre Garcia

SÍTIO SISTEMA FAMASUL, 5.11.2013

O jornalista Alexandre Garcia fez um comentário na Rádio Independente, no dia 22 de outubro, acerca das questões e conflitos indígenas que assolam diversos estados do Brasil.

Posição do governo sobre assunto, ONGs estrangeiras influenciando os índios, ataques à flecha em agentes da Força Nacional, sociedade entre garimpeiros e índios, morte de fazendeiros, quantidade de propriedades invadidas, caso Ianomâmi são alguns dos assuntos compilados na fala do jornalista.

Veja abaixo trechos do áudio:

"O Governo tem uma posição da boca pra fora e outra posição sobre o assunto nos bastidores. Eu ouvia a posição dos bastidores e o governo se queixa, e muito, da exploração por parte do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Pastoral da Terra, antropólogos, mas principalmente por parte das ONGs estrangeiras que tem outros interesses no Brasil..."

"...muita gente fica admirada como se dá licença para a entrada dessas ONGs no Brasil..."

"Um atuante da Força Nacional, que lutou no Iraque, veio para o Brasil para ingressar na Força Nacional e levou uma flechada de um índio. Choveu flecha nos agentes federais que estavam desativando balsas ilegais de garimpeiros que poluíam o rio. Tudo bem quando era apenas garimpeiro. No momento em que chegaram nas balsas, onde havia uma sociedade entre garimpeiros e índios, os próprios índios emboscaram os brasileiros. Este agente atingido estava com colete a prova de balas e a flecha rasgou o colete e atingiu seu tórax... O índio que foi atingido por uma bala de borracha embarcou no mesmo helicóptero e foram para hospital. O índio assustava o agente brasileiro dizendo: Nossa flecha está envenenada. Você vai morrer..."

Fonte: Notícias da Pecuária

Procuradora da República visitou a Comunidade Quilombola Macambira, em Lagoa Nova

SÍTIO MARCOS DANTAS, 5.11.2013



A procuradora da República Clarisier Azevedo Cavalcante de Moraes visitou a Comunidade Quilombola Macambira, localizada em Lagoa Nova, no Seridó. A visita teve por objetivo conhecer de perto a realidade da população, que atualmente está impossibilitada de dar continuidade ao plantio e à colheita para subsistência das famílias, vivendo em situação precária. Também participou da reunião o advogado da União Adriano Vilar Villaça, chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra/RN.

E a terra, tradicionalmente ocupada por remanescentes da Comunidade Quilombola Macambira, já possui Certidão de Auto-Reconhecimento, expedida pela Fundação Cultural Palmares desde 2005. Entretanto, encontra-se pendente de julgamento pelo Conselho Diretor do Incra, em Brasília, um recurso contra o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), principal peça para reconhecer a área como remanescente de quilombo.

Quilombo do Sopapo celebrou o Mês da Consciência Negra com vasta programação artística.

SÍTIO QUILOMBO DO SOPAPO, 5.11.2013

No dia 03 de Novembro/ 2013 aconteceu uma vasta e diversificada programação cultural na Casa do Cristal (Av. Capivari, 602 – Bairro Cristal) para celebrar o Mês da Consciência Negra.

O Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo reuniu amigos, parceiros, colaboradores e comunidade para colorir, ouvir, brincar, dançar e interagir numa bonita celebração pelo Mês da Consciência Negra.

A cobertura do evento foi feita pela Cristalizar Video Produtora – CVP, um empreendimento criativo solidário incubado no Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.

Acompanhe o que aconteceu:

<http://quilombodosopapo.blogspot.com.br/>



O Dia Nacional da Consciência Negra é celebrado em 20 de novembro no Brasil e é dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. A semana dentro da qual está esse dia recebe o nome de Semana da Consciência Negra.

A data foi escolhida por coincidir com o dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695. O Dia da Consciência Negra procura ser uma data para se lembrar da resistência do negro à escravidão de forma geral, desde o primeiro transporte de africanos para o solo brasileiro (1549).

CONT.

Algumas entidades como o Movimento Negro (o maior do gênero no país) organizam palestras e eventos educativos, visando principalmente crianças negras. Procura-se evitar o desenvolvimento do auto-preconceito, ou seja, da inferiorização perante a sociedade.



Outros temas debatidos pela comunidade negra e que ganham evidência neste dia são: inserção do negro no mercado de trabalho, cotas universitárias, se há discriminação por parte da polícia, identificação de etnias, moda e beleza negra, etc.

O dia é celebrado desde a década de 1960, embora só tenha ampliado seus eventos nos últimos anos.

Post: Leandro Silva/Fuzuê Teatro de Animação



Quilombolas do Vale do Ribeira (SP) promovem audiência pública

SÍTIO JUS BRASIL, 5.11.2013

A defesa dos direitos das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira foi tema de audiência pública realizada na quarta-feira (30), em um quilombo localizado em Iporanga, a 360 quilômetros da capital paulista. O evento foi organizado pelos próprios moradores da região e instituições ligadas ao tema. A Defensoria Pública da União (DPU) foi representada por defensores das unidades de São Paulo e de Santos, que buscaram consolidar os interesses dos quilombolas e caboclos que vivem na região mais pobre do Estado de São Paulo.

Os defensores públicos federais João Freitas de Castro Chaves, de São Paulo, e Mariana Preturlan, de Santos, recolheram diversas demandas das comunidades, que foram discutidas na audiência. Dentre as principais questões estavam a falta de acesso a serviços básicos como transporte e energia elétrica, que dificultam a vida digna dos moradores da região, e a possibilidade de comunicação com outras cidades.

Também foi discutido o acirramento dos conflitos com posseiros e empresas mineradoras, além da lentidão nos processos de titulação de terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), que proveriam às comunidades reconhecimento como terras tradicionais.

Os defensores se comprometeram em firmar acordo de cooperação com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para atuação conjunta na cidade de Registro, onde recentemente foi instalada Vara Federal com abrangência nos territórios quilombolas. Também foi proposta a criação de um grupo de trabalho especializado na matéria, nos mesmos moldes de Assistência a Presos Estrangeiros e Atendimento à População em Situação de Rua.

"Há um compromisso da DPU em São Paulo de intensificar ações na região, que ainda não dispõe de unidade da DPU e apresenta baixos índices de IDH [Índice de Desenvolvimento Humano]. Há uma demanda de atuação em matéria fundiária e quilombola que deve ser suprida com urgência", afirmou João Chaves.

"A DPU em Santos vem atuando em processos judiciais de interesse das comunidades quilombolas há anos", disse Mariana Preturlan, que já havia visitado comunidades na região. "São poucas as oportunidades de contato direto com as comunidades pela distância delas em relação às sedes da DPU. Assim, participar da audiência pública reforça o compromisso institucional de buscar novas formas de melhor atender ao interesse dos quilombolas", completou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Em defesa dos quilombolas

Em 2012, ação conjunta entre as unidades da DPU em São Paulo e em Santos buscou impedir o prosseguimento de pesquisas de lavra autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sem consulta à comunidade quilombola de Porto Velho, em cujo território já reconhecido ocorria a atividade. A ação civil pública proposta sobre o tema ainda não foi julgada.

Assessoria de Imprensa
Defensoria Pública da União



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Povos tradicionais reclamam de perseguição e querem aprovação de projeto sobre políticas públicas

SÍTIO JUS BRASIL, 5.11.2013

Por quase quatro horas, a Comissão de Direitos Humanos do Senado ouviu, nesta terça-feira (5), as reivindicações de povos tradicionais. Centenas de representantes de quilombolas, indígenas, ciganos e pantaneiros defenderam a aprovação urgente do Projeto de Lei da Câmara 7.447/10, do deputado Luiz Alberto (PT-BA), em tramitação na Câmara, que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais.

VEJA MAIS [CDH debate elaboração de marco legal para povos tradicionais](#)

Eles também reclamaram de preconceito, perseguições religiosas e da falta de representatividade.

A audiência, presidida pela senadora Ana Rita (PT-ES), foi interativa e contou com a participação popular por meio da internet e do Alô Senado. A reunião desta terça-feira foi feita no mesmo dia da abertura da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que começa hoje em Brasília, com o tema "Democracia e Desenvolvimento sem Racismo".



Caetité: UNEB realiza Seminário Leituras de África e Encontro das Comunidades Quilombolas

SÍTIO CAETITÉ NOTÍCIAS, 5.11.2013

O Departamento Ciência Humanas (DCH), Campus VI da UNEB, em Caetité, promove, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, entre os dias 20 e 22 de novembro o II Seminário Leituras de África: Leituras Afro-indígenas e IV Encontro das Comunidades Quilombolas de Caetité, que acontecerá no auditório da instituição. Os interessados em submeter trabalhos têm até o dia 14 de novembro para realizar inscrição no site do evento. Para os que desejam se inscrever como alunos ouvintes ou participar das oficinas o prazo vai até o dia 20 de novembro.

O objetivo do evento é contribuir com a formação docente (inicial e continuada), dar visibilidade a temática afro-indígena no meio acadêmico. A programação do seminário traz mesas de debates que oferecem visibilidade as pesquisas e as políticas públicas sobre a temática, um espaço para comunicação de jovens pesquisadores e professores da rede básica de estudos e experiências em sala de aula, oficinas formativas direcionadas aos professores e estudantes da graduação, e exposições de materiais didáticos produzidos nos cursos de licenciatura. O evento tem apoio da Secretária de Educação de Caetité e da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) de Caetité.

Fonte: redação Online.



Encontro discute a educação quilombola no Amapá

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 5.11.2013

A abertura do II Encontro Estadual de Educação Quilombola, que este ano tem como tema "Direito à memória: Por uma Reparação Histórica", promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seed), acontecerá na próxima quarta-feira, 6, às 9h, no Anfiteatro da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Realizado em parceria com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), para os Afrodescendentes (Seafro) e Associação de Historiadores (ANPHU), o evento acontecerá até a sexta-feira, 8 de novembro.

O encontro foi idealizado para ser um fórum de discussão, reflexão e proposições para as unidades escolares localizadas em áreas remanescentes de quilombos ou que atendem a estudantes oriundos destas áreas.

A iniciativa visa contribuir com a troca de experiências educacionais, com a valorização das boas práticas pedagógicas, e para o reconhecimento da importância histórica dos saberes das comunidades tradicionais, adequando o fazer pedagógico às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.

A programação contará com palestras, oficinas e minicursos, e são voltadas para os profissionais da educação e aberta a comunidade em geral.

"No ano em que completamos 10 anos da lei que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares, é hora de refletir sobre o nosso fazer pedagógico. Estamos avançando nas políticas públicas de formação continuada voltada à educação e para as relações étnico-raciais. O objetivo principal é promover uma transformação social, além de reparar injustiças históricas contra aqueles que contribuíram e que continuam a contribuir com a construção da nação brasileira", disse Silvaney Rubens, gerente do Núcleo de Educação Étnico- racial, da Seed.

Três informes da Aty Guasu: Em Yvy Katu, jagunços atacaram os Guarani às 23 horas de ontem, dia 4

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 5.11.2013



Boiada de fazendeiro é 'tocada' para destruir tekoha

Informação direta do tekoha Yvy Katu-Japorã em litígio: uma liderança Guarani comunica que um grupo armado das fazendas cercou e atacou as barracas da comunidade indígena, tentando assassinar os líderes indígenas.

Durante confronto, um dos integrantes do grupo armado abandonou uma motocicleta na área que está no poder dos indígenas, que será entregue à polícia federal.

O fato aconteceu ontem, dia 04/11/2013, por das 23 horas. A comunidade está tentando comunicar à polícia federal e agentes da Funai, mas até o momento a polícia federal não chegou à região de confronto. Pedimos a apuração urgente do ataque à comunidade, pela polícia.

No dia 02 de novembro, na tekoha Yvy Katu, vieram a empresa de televisão da Canal Rural de São Paulo, filmaram e entrevistaram os indígenas sobre a nova retomada que vai ao ar hoje (ontem, dia 4) a partir da 17:00 horas. Essa retomada aconteceu em 2003 e hoje mais indígenas Guarani Nandeva reocuparam as propriedades reivindicando a homologação, já que a área foi demarcada e publicada em Diário Oficial da União em 2006.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Nesse mesmo dia a partir do meio dia uma caminhonete com aproximadamente 8 a 10 homens na carroceria apareceram pertinho dos acampamentos, vindo da direção da fazenda São Jorge, antiga Agrolac. Segundo os indígenas que estavam no local, vieram, se aproximaram e olharam as barracas, mas no momentos não havia ninguém por perto. Mas as famílias que estão acampados estão correndo perigo de assassinatos na região.

A equipe da Funai vieram e vistoriaram, tiraram fotos onde a caminhonete fez rastros. Não estamos mentindo, os povos Guarani acham que o governo tá esperando uma chacina para tomar providências. Chega de injustiça pros lados índios.

Um fazendeiro da fazenda São Jorge (antiga Agrolac) no final de semana mandou fazer mais duas violências contra Guarani e Kaiowá. No sábado, mandou mais de 10 pistoleiros cercar e provocar as comunidades indígenas Guarani. Ao mesmo tempo, mandou soltar dezenas cabeças de gados no meio das comunidades, para pisotear nas barracas e nos indígenas.

Essas táticas de violências dos fazendeiros para expulsar os Guarani e Kaiowa é antiga. Soltar gado na área indígena é para destruir as casas e pisotear nas roças e nas minas d'água. Segundo o fazendeiro, ele fez isso porque a juíza substituta federal de Navirai-MS [falta informação], escoltado pela segurança particular ou pistoleiros e pela PF. Nesse momento, quem recomeça a atacar e provocar os Guarani é o fazendeiro da fazenda São Jorge. Esse fazendeiro já está garantido para receber a indenização da terra, segundo o MPF.

Por isso, pedimos posição da Justiça Federal, e do governo Federal, antes de comunidades Guarani e Kaiowá reagirem às violências e provocação dos fazendeiros.

Já está comunicado a todas as autoridades e sociedade nacional e internacional. "Não vamos conviver com os gados e nem vamos recuar não", afirmam lideranças Guarani. Por enquanto, aguardamos a posição do governo e justiça do Brasil.

Comunidade Guarani do Yvy Katu

Aty Guasu contra o genocídio



Comissão de Direitos Humanos do Senado debate elaboração de marco legal para povos tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 5.11.2013

Exploração sustentável de riquezas naturais em terras indígenas também será debatido



EcoReserva – Com o plenário lotado por integrantes de comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e pantaneiras, a Comissão de Direitos Humanos iniciou na manhã desta terça-feira, 05, audiência pública para debater a elaboração de um marco legal para os povos tradicionais.

Marco legal é todo conjunto de normas legais que rege determinado tema. As populações reivindicam, entre outras coisas, a regulação sobre acesso aos recursos naturais de suas terras; estímulo à produção sustentável; infraestrutura, segurança pública e educação.

Além disso, eles defendem a aprovação do PLC 7.447/10, do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que define diretrizes e objetivos para políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Exploração sustentável

A possibilidade de explorar riquezas naturais, como minérios e madeira, em terras indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida, a biodiversidade local e a sustentabilidade dos povos nativos, estão em discussão na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta terça-feira.

Para que a exploração desses recursos seja autorizada, o Congresso Nacional precisa aprovar proposição estabelecendo em que condições as terras dos índios podem ser utilizadas para o desenvolvimento dessas atividades.



MPF recomenda que Incra publique RTID da comunidade quilombola Rio dos Macacos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 5.11.2013

O órgão busca dar celeridade ao processo de reconhecimento do território e de resolver o problema da permanência da mesma em área da União, sob o comando da Marinha.

Ascom MPF - O Ministério Público Federal (MPF) na Bahia expediu recomendação na última quarta-feira, 30 de outubro, para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) adote as medidas efetivas para a publicação do relatório técnico de identificação e demarcação (RTID) da comunidade quilombola Rio dos Macacos, localizada na Base Naval de Aratu, em Simões Filho. A recomendação visa dar celeridade ao processo de reconhecimento da comunidade e resolver o problema da permanência da mesma em área da União, sob o comando da Marinha.

A recomendação é resultado da audiência pública realizada no dia 23 de outubro, na sede do MPF/BA, que discutiu a situação da comunidade. A publicação do RTID foi uma das reivindicações dos moradores, que relataram a demora no processo de identificação e demarcação por parte do Incra. Segundo a recomendação, estudos realizados pelo Incra e pela perícia antropológica do MPF já constataram que a comunidade Rio dos Macacos, remanescente de quilombos, se encontra no local há quase duzentos anos.

De acordo com o procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Leandro Nunes, não existem justificativas razoáveis para a morosidade na publicação do RTID, visto que já decorreram mais de seis meses desde a data da elaboração do documento. Em função disso, o MPF requer que o Incra adote medidas efetivas com vistas à publicação do RTID da comunidade no prazo de 20 dias.

Histórico

Existente há mais de 200 anos, a comunidade quilombola Rio dos Macacos enfrenta um conflito com a Marinha do Brasil há cerca de 42 anos, quando o local onde a comunidade está instalada foi escolhido para a construção da Base Naval de Aratu. Desde então, os integrantes da comunidade, que hoje conta com mais de 300 pessoas, alegam ser alvo de ações violentas, praticadas por oficiais da Marinha, na intenção de expulsar cerca de 46 famílias residentes no local.

O conflito ganhou ainda mais força após a decisão da Justiça Federal na Bahia, que determinou a desocupação de área situada na Base Naval de Aratu pela comunidade quilombola. Em maio deste ano, o MPF ajuizou agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, contra a decisão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Em 2011, o MPF já havia proposto ação civil pública pedindo que a Justiça determinasse a permanência da comunidade no local, mas os pedidos não foram acatados. Em junho de 2012 o órgão expediu uma recomendação ao Comando do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil, visando a coibição de prática de atos de constrangimento físico e moral contra os quilombolas.



Em debate, a exploração sustentável de riquezas naturais em terras indígenas
SÍTIO SENADO FEDERAL, 5.11.2013

A possibilidade de explorar riquezas naturais, como minérios e madeira, em terras indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida, a biodiversidade local e a sustentabilidade dos povos nativos, estão em discussão na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) desta terça-feira (5).

Para que a exploração desses recursos seja autorizada, o Congresso Nacional precisa aprovar proposição estabelecendo em que condições as terras dos índios podem ser utilizadas para o desenvolvimento dessas atividades.

Participarão do debate os técnicos indigenistas da Fundação Nacional do Índio (Funai), Valdir de Jesus Gonçalves, de Tabatinga (AM), e José Nazareno Torres de Moraes, de Belém (PA). O coordenador de Gestão Ambiental da Funai, Jaime Siqueira, também deverá participar da discussão, segundo requerimento aprovado nesta manhã.

O pedido para a realização da audiência é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O debate prossegue na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.



XX Assembleia do Cimi: desafios e perspectivas na construção do Bem Viver
SÍTIO CIMI, 5.11.2013

Assessoria de Comunicação - Cimi

Diante de uma conjuntura profícua em desafios aos povos indígenas, que seguem lutando por seus direitos e vidas, o Conselho Indígena Missionário (Cimi) iniciou na manhã desta terça-feira, 5, a XX Assembleia Geral da organização, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO). Com a presença de 120 missionários e missionárias, além de lideranças indígenas e convidados, o encontro tem como tema '40 anos do Cimi: desafios e perspectivas na construção do Bem Viver'.

A XX Assembleia do Cimi busca sistematizar as contínuas avaliações e análises iniciadas em novembro do ano passado, durante o congresso que comemorou os 40 anos da organização. Lembrando do poeta lusitano Fernando Pessoa e citando o Livro de Lucas (Lc 5,4), o documento de análise emplaca: "Navegar é preciso, avancemos para águas mais profundas". Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu e presidente do Cimi, ressaltou três aspectos fundamentais a serem observados quanto ao Cimi e sua ação missionária: alegre na esperança, forte na tribulação e perseverante na oração.

"O encontro acontece num contexto de grande ofensiva aos direitos dos povos indígenas pelo governo federal e bancada ruralista no Congresso Nacional. Este ano tem sido de grande resistência do movimento indígena e das organizações que os apoiam. Precisamos, então, olhar para o passado, agir no presente e nos preparar para o que virá em nossa decisão intransigente de se manter ao lado dos povos indígenas", declara o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto.

Este olhar "mais para dentro" do Cimi atende a dimensões filosóficas, políticas, operacionais e subjetivas, em interface com a atual quadra histórica. "Vivemos na sociedade do crédito, consumidora, uma era de extremos e de saídas individualizadas. A cidadania se expressa no ato de consumir. Tudo isso influi na ação do Cimi e precisamos reparar e refletir sobre esse mundo ao redor e como ele nos afeta", analisa o missionário Roberto Liebgott, do Cimi Regional Sul.

Tais dimensões também interagem com os povos indígenas, seja na hora de significar a perspectiva homogênea da sociedade envolvente ante os desafios e pluralidade da convivência comunitária e social dos povos, como nos ataques do projeto desenvolvimentista do governo federal e do capital contra os territórios tradicionais, não apenas habitados pelos indígenas, mas quilombolas, pescadores, ribeirinhos, camponeses.

CONT.



Indigenismo

“O indigenismo do Cimi é o libertador, em oposição ao indigenismo de tutela do Estado. Em âmbito nacional existem 32 conselhos e duas comissões nacionais: a de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a de Política Indigenista (CNPI). Por que apenas estas duas não obtiveram o status de conselho?”, questiona o missionário Saulo Feitosa, secretário adjunto do Cimi.

Para o missionário, algumas razões podem ser pontuadas: o processo histórico de negação das identidades indígenas, a etnofagia estatal como lógica de integração da pluralidade numa única perspectiva, o caráter “uninacional e monocultural do Estado-nação” e o racismo epistêmico que não reconhece os povos originários como plenamente capazes para pensar e produzir conhecimentos. Não obstante, o atual projeto do governo federal acirra ainda mais os pontos apresentados.

“Com a chegada de Lula ao poder, e agora com Dilma, o desenvolvimentismo mais uma vez é adotado como forma de alçar o Brasil ao topo do capitalismo. O Estado, portanto, parte rumo ao interior do país com megaprojetos. Tal postura tem promovido a desterritorialização das populações tradicionais, sobretudo os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais”, declara Feitosa.

As flechas indígenas, conforme a análise, estão apontadas para os invasores dos seus territórios, mas também apontam um outro caminho que questiona a retórica de um Estado único, em detrimento das várias nações presentes no país e do próprio caráter plurinacional conferido por elas em contraponto ao Estado.

"Governo Dilma é omissa e negligente com os povos indígenas", diz bispo
SÍTIO AMAZÔNIA, 5.11.2013



Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu. (Foto: Elaíze Farias)

O bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, é uma lenda das causas sociais da Amazônia. Sua voz em defesa dos povos indígenas e de outros grupos minoritários se espalha em várias esferas: nas aldeias, nas cidades, nas capitais, no parlamento e no Executivo.

Nos últimos anos, Dom Erwin tem sido um crítico severo da política indigenista do governo brasileiro e um ativista contra a construção de barragens em Belo Monte e em Tapajós, ambas no Pará. Sua decepção com o governo Lula e agora, com o governo Dilma, é notória.

"Este governo é anti-indígena, omissa e negligente", disse Dom Erwin Kräutler ao portal Amazônia Real, em entrevista exclusiva concedida em Manaus na semana passada, onde esteve para participar do 1º Encontro da Igreja Católica da Amazônia Legal.

Nascido na Áustria em 1939, Dom Erwin chegou ao Brasil em 1965. Na década de 70 tornou-se cidadão brasileiro. Foi nomeado bispo do Xingu em 1980, onde atua até hoje. É presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O bispo tem inúmeros reconhecimentos, como o título de doutor Honoris Causa, dado pela Universidade Federal do Pará, e o Prêmio Right Livelihood 2010, considerado um prêmio Nobel Alternativo, concedido pelo governo da Suécia, mas composto por um júri internacional. Por sua luta e engajamento, é constantemente ameaçado de morte.

CONT.



Dom Erwin Kräutler mora no município de Altamira (PA), para onde voltou logo depois que saiu de Manaus na última quinta-feira (31). Por email, ele enviou um texto complementar para sua entrevista, onde acusa o governo brasileiro e os grupos econômicos de usar da estratégia da divisão para "romper ou enfraquecer a resistência dos povos indígenas", numa referência aos indígenas munduruku, que lutam contra a hidrelétrica do Tapajós.

Eis a entrevista.

Como o senhor descreve a luta dos povos indígenas?

Lutamos ao lado dos índios para que os direitos indígenas fossem inscritos e ancorados na Constituição Federal de 1988. E conseguimos. A vitória dos índios foi a nossa vitória e a nossa vitória foi a vitória dos índios. A constituição tem um capítulo específico sobre os índios. E tem um artigo nas disposições transitórias que significa uma virada copernicana. Antes os índios eram tidos como estrangeiros neste país e, no entanto, eram os primeiros habitantes. Foram tutelados pelo Estado e essa finalidade era a incorporação do silvícola à sociedade nacional. A sociedade nacional até 1987 era apenas sociedade dos não-indígenas. Aliás, não-indígena é aquele que veio de fora, de outro continente.

Depois da Constituição de 88, os direitos dos povos indígenas estão sendo respeitados?

Os indígenas têm o direito às suas terras ancestrais, as suas religiões, às suas expressões culturais. No caso de serem usadas as suas terras para minérios estratégicos ou recursos hídricos, os índios têm que ser consultados.

O que o senhor acha dos atuais projetos políticos e econômicos que afetam os povos indígenas?

Nós cantamos vitória com a Constituição, mas de uns tempos para cá através da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 215 estão querendo negar este dispositivo Constitucional. Querem arrancar do Executivo o direito de demarcar as terras indígenas. O artigo 67 das disposições transitórias previa em um período de cinco anos a demarcação de todas as áreas indígenas. Das mil e tantas terras indígenas, foram concluídas as demarcações de apenas 360. Menos da metade.

Agora o legislativo e sua bancada ruralista quer decidir e legislar em cima das áreas indígenas, o que é um absurdo porque demarcar pressupõe estudos cartográficos, estudos etnológicos, estudos antropológicos. São técnicos que fazem isso.

Se essa desgraça da PEC 215 passar não haverá mais demarcação das áreas indígenas e que se encontram demarcadas são ameaçadas. Por isso que os índios se levantaram contra essa possibilidade.

CONT.



Como o senhor avalia a política indígena do atual governo federal?

O governo deveria defender a causa indígena como uma causa de minoria que está ameaçada. E não faz. O governo atual é omissivo. Eu digo que é omissivo e negligente, mas atrás disso tem as estratégias. Sua estratégia é rolo compressor. Passa por cima. O governo é anti-indígena. O Lula falou isso em 2006. Quando estava na casa do Blairo Maggi (então governador do Mato Grosso) ele colocou os índios como obstáculos ao progresso e as leis ambientalistas como penduricalhos que têm que revistos. Com a Dilma não avançou nada.

Apesar das mobilizações sociais, a hidrelétrica de Belo Monte já está em construção. Como o senhor vislumbra o futuro da obra para os povos que moram na região?

Belo Monte é aquele paredão. O reservatório vai atingir 40 mil pessoas diretamente e os povos indígenas na volta do Xingu estão com seus dias contados. A Volta Grande do Xingu vai ficar seca. E tem toneladas de ouro. E a firma que vai explicar é canadense, se chama Belo Sun.

Atualmente é a vez dos munduruku lutar contra o projeto de outra hidrelétrica na Amazônia. Como o senhor vem acompanhando essa mobilização?

Os indígenas munduruku não vão silenciar. Mas o governo usa de todas as estratégias de dividir o próprio povo. Escrevi um artigo sobre isso, onde digo que para dominar um povo tem que dividi-lo entre si. No caso da hidrelétrica do Tapajós (Pará), a obra está na ilegalidade, pois os índios munduruku não foram consultados.

O senhor tem esperança que o governo vai reconsiderar sua política de crescimento econômico às custas dos impactos ambientais e sociais?

Esperança sempre tem. No mundo de hoje, há uma grande sensibilidade para os povos aborígenes e autóctones. O Brasil não se pode dar o luxo de fazer um retrocesso no tratamento dos povos indígenas. Isso vai repercutir muito mal. O Brasil sempre queria primar pela defesa dos direitos humanos. O país é signatário de tratados internacionais e não pode perder o limite.

Sobre o que os bispos da Amazônia estão discutindo no encontro em Manaus?

Este encontro, que é o primeiro dos bispos da Igreja Católica da Amazônia Legal, é para avaliar a caminhada e dar respostas aos desafios da atualidade. Temos (a Igreja Católica) duas dimensões. A dimensão vertical, que é nosso relacionamento com Deus, mas temos a dimensão horizontal, que é o nosso relacionamento com os seres humanos, na defesa da dignidade e dos direitos. A defesa da vida em todas as duas dimensões.

Por: Elaíze Farias

Fonte: Amazônia Real

Jogos reúnem 1.600 índios de 18 países em Cuiabá

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 5.11.2013



Jogos dos Povos Indígenas foram realizados pela primeira vez em 1996 - Ednilson Aguiar/Secom-MT

A programação do XII Jogos dos Povos Indígenas, evento organizado pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), vai ser rico em apresentações culturais e é uma oportunidade para que os não-índios possam conhecer um pouco mais a respeito da cultura. O evento tem patrocínio do Governo Federal, Governo de Mato Grosso e apoio da Prefeitura de Cuiabá.

Todos os dias, a partir das 9 horas, haverá feiras de alimentos indígenas, exposição, vendas de artesanato, pinturas corporais e literatura. Também estão previstos ciclo de debates. (Clique [AQUI](#) e veja a programação).

No período noturno, a partir das 19 horas, serão realizadas apresentações culturais indígenas e folclores regionais.

O evento é internacional e grandioso. Vão reunir-se em Cuiabá 1.600 índios de 48 etnias brasileiras. Além de representantes das nações indígenas de 18 países, como México, Costa Rica, Paraguai, Peru, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Panamá e Guiana Francesa.

A abertura tradicional indígena será feita no dia 08 de novembro, às 17h30. Eles vão acender o Fogo Ancestral Indígena e promovida pelos líderes espirituais das etnias presentes. A abertura oficial do evento será no sábado (09), às 16h30, com a presença de autoridades.

O secretário de Estado de Esportes e Lazer, Ananias Filho, disse que o evento será uma grande oportunidade para se conhecer outras culturas. "É um evento internacional

Jogos Indígenas

Os Jogos dos Povos Indígenas foram realizados pela primeira vez em 1996, com apoio do ministro do Esporte, Pelé, os Jogos dos Povos Indígenas têm o seguinte lema: "O importante não é competir, sim celebrar".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Nos jogos nativos de integração serão disputadas as modalidades de arco e flecha, futebol, arremesso de lança, cabo de força, corrida, natação, canoagem e corrida de tora. Além disso, serão apresentados os jogos tradicionais de demonstração.



Livro “Mulheres Negras contam sua História” será lançado na Conapir

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 5.11.2013

(Portal SPM) A visibilidade da contribuição das mulheres negras para a construção da sociedade brasileira terá espaço na 3ª Conferência na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). O livro “Mulheres Negras contam sua História” é resultado do prêmio homônimo, realizado numa parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O lançamento acontece nesta quarta-feira (06), às 12:30h, na Conapir.

“Não se conta a história do Brasil, sem contar a história de luta das mulheres negras”. A afirmação é da ministra Eleonora Menicucci, da SPM, feita durante a solenidade que premiou as autoras que compõem a publicação. O livro traz os dez textos premiados e mais quatro que receberam menções honrosas no concurso. Estarão presentes algumas autoras e integrantes da comissão julgadora.

Balanco – A primeira edição do prêmio totalizou 521 inscrições, sendo 421 redações e 100 ensaios. Os textos foram enviados por mulheres autodeclaradas negras, contando histórias de vida individuais e coletivas do segmento, que contribuíram para a construção do país. A entrega dos prêmios, em 23 de abril, teve a presença da Ministra Eleonora Menicucci da SPM/PR e da Ministra Luiza Bairros da SEPPIR/PR. Veja resultado final, com o nome das autoras e dos textos: <http://goo.gl/uQdWku>

Inclusão - O Prêmio Mulheres Negras Contam sua História teve como objetivo estimular a inclusão social das mulheres negras, por meio do fortalecimento da reflexão acerca das desigualdades vividas por elas no seu cotidiano, no mundo do trabalho, nas relações familiares e de violência e na superação do racismo.

SERVIÇO:

Lançamento do livro “Mulheres Negras contam sua História”

Data / horário: 06 de novembro, às 12h30

Local: 3ª Conferência na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, (Centro de Convenções Brasil 21).

Acesse o PDF: [Livro “Mulheres Negras contam sua História” será lançado na Conapir \(Portal SPM – 05/11/2013\)](#)

MARÉ ALTA | Senado discute comunidades tradicionais
SÍTIO DIRETO DO SANHAUÁ, 5.11.2013



Audiência reúne lideranças do movimento negro, cigano, quilombola e indígena | Foto: Vinicius Alves Ehlers

Uma audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos do Senado discute nesta manhã o novo marco legal para os Povos e Comunidades Tradicionais. O evento ocorre no Plenário 2 e reúne representantes da comunidade cigana, das comunidades quilombolas e das comunidades de religião de matriz africana. Participantes da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que começa hoje em Brasília participam da audiência.

Com apenas 100 lugares, o local da reunião não comporta o volume de conferencistas que fazem uma longa fila na entrada principal do Senado. Um pequeno tumulto marcou o início do evento.

O evento vai discutir PL 7447/2010, de autoria do deputado federal Luiz Alberto (PT-BA), rejeitado pela Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. A audiência será presidida pela senadora baiana Lídice da Mata (PT).

Para a presidente da CDH do Senado, senadora Ana Rita (PT-ES), o debate popular deve ocorrer com participação do parlamento de forma que haja o diálogo e a construção participativa dos processos de afirmação da identidade destes grupos.

Foram convidados para debater o tema representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Geral, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Além dos representantes do executivo federal, foram convidados também Dione Matias de Jesus, representando as comunidades quilombolas, Cláudia Regina Sala de Pinho, representando os panteneiros, Alessandro Castilho e Maura Piemonte, representando povos ciganos, Yorubanos Babalorixá Julio Braga, Bantu Kota Regina Nogueira e Jeji Ogan Edivaldo de Jesus Conceição, representando as comunidades tradicionais de Matriz Africana e um representante da Associação dos Povos Indígenas do Brasil.



Audiência foi bastante participativa | Foto: Dalmo Oliveira



Prefeitura de Dourados apoia produção em aldeias indígenas

SÍTIO DOURADOS NEWS, 5.11.2013

A Prefeitura de Dourados mantém constantemente o preparo de solo nas aldeias indígenas de Dourados. Dois tratores trabalham sem parar todos os dias para dar conta de demanda. O trabalho é coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar e Economia Solidária, por determinação do prefeito Murilo.

De acordo com o diretor de Agricultura Creginaldo Arcângelo, as ações acontecem nas aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho, de forma organizada e planejada.

Em torno de 600 famílias são atendidas por ano, com o preparo de 400 hectares de solo em média. A terra recebe gradeação por duas vezes, ficando pronta para o plantio. A prioridade é para as famílias inscritas em algum programa, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

As famílias inscritas no PAA, por exemplo, segundo Creginaldo, têm prazos de entrega acertados e o plantio não pode atrasar. Através do trabalho da prefeitura, muitos produtores indígenas estão inscritos no PAA.

Creginaldo explica que o preparo do solo atende exclusivamente as famílias que plantam alimentos de subsistência, como mandioca, milho, batata, abóbora, melancia e maxixe. A prefeitura também fornece as sementes para as famílias indígenas. O combustível para os tratores é fornecido pela Funai.

Apesar de todo o trabalho, o município enfrenta falta de maquinários para preparar mais áreas na reserva. Para resolver esse problema, o secretário Landmark Ferreira Rios informa que a prefeitura já articulou com deputados e senadores que representam o município emendas para mais oito patrulhas mecanizadas completas.

Landmark explica que a proposta do prefeito Murilo é dar todo o apoio necessário para que os índios possam produzir o seu alimento de subsistência em grande quantidade e com qualidade.

Com apoio da prefeitura, muitas famílias já garantem o alimento e ainda vendem o excedente para o PAA e para consumidores de Dourados. São ações que ajudam a melhorar a qualidade de vida nas aldeias.



Relatório que aponta violações de direitos em obras do Comperj será apresentado em audiência na Câmara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 5.11.2013

Plataforma Dhesca - O relatório que evidencia violações de direitos decorrentes do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) será apresentado nesta quinta-feira (07) na Câmara dos Deputados.

“Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj” é resultado da Missão realizada nos meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013 pela Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, da Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil).

O documento mostra que o empreendimento, sob responsabilidade da Petrobras, causa impactos em ecossistemas protegidos, teve severas falhas em seu processo de licenciamento pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), além de ter prejudicado drasticamente a vida dos pescadores da região.

O relatório foi lançado no último dia 9 de setembro em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A Petrobras foi convidada a participar da audiência, mas não enviou representantes. O Inea, órgão ambiental do Rio de Janeiro, também recebeu o convite, mas ninguém compareceu.

Durante o lançamento foi definida a realização de uma audiência na Câmara dos Deputados, em razão da necessidade de promover um debate nacional sobre os impactos da indústria do petróleo, a flexibilização das políticas ambientais e as violações de direitos humanos ocasionadas pelo avanço desta e de outras indústrias geradores de conflitos ambientais.

A audiência é realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, por requerimento dos deputados federais Chico Alencar.(PSOL/RJ) e Sarney Filho (PV/MA).

Além da presença da Relatora Cristiane Faustino, a audiência contará com a participação de Alexandre Anderson de Souza (pres. Associação Homens e Mulheres do Mar – AHOMAR), Gabriel dos Santos Rocha (Sec. Nac. Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos) e Carlos Klink (Sec. de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente). Aguarda-se também confirmação da Petrobras. Lideranças de seis localidades impactadas pelo Comperj no Rio de Janeiro também estarão presentes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Serviço:

Audiência Pública para apresentação do Relatório "Indústria de Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj"

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Horário: 10:00h

Dia: 7 de novembro de 2013

Local: Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 8 – Brasília-DF



Comunidades tradicionais pressionam pela aprovação do PL 7447

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 5.11.2013

Representantes de comunidades tradicionais de matriz africana, juntamente com ciganos e quilombolas, aproveitam passagem por Brasília, durante III CONAPIR, para mobilização no Congresso em favor de política pública de desenvolvimento sustentável

SEPPIR – Representantes de comunidades e povos tradicionais fizeram uma concentração no Senado, na manhã desta terça-feira (5/11), para pressionar a Casa pela aprovação do Projeto de Lei (PL) 7.447, do Deputado Luiz Alberto (PT-BA). O Projeto “estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais”. A mobilização, que ocorrerá durante a votação do PL, pela manhã, se dará horas antes da abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR), que reúne 1,4 mil pessoas até quinta-feira (07/11), no Centro de Convenções e Eventos Brasil 21. Na prática, a aprovação do PL pelos senadores transformará em lei o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Secomt/SEPPIR), Silvano Euclênio, entende que a mobilização dos delegados da Conferência, logo pela manhã, horas antes da abertura do encontro, deverá ser uma boa estratégia pela aprovação. Ela acredita que representantes das delegações dos três segmentos (comunidades de matriz africana, quilombolas e povos ciganos) deverão estar presentes.

Povos e comunidades tradicionais

Atualmente, o Decreto considera povos e comunidades tradicionais, os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Territórios tradicionais

O mesmo decreto define territórios tradicionais “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Em agosto último, a SEPPIR emitiu a Nota Técnica 36/2013, favorável à aprovação do PL. No documento, elaborado pela Secomt, argumenta-se que a aprovação fortalece institucionalmente o Poder Legislativo, pois “compreende-se que a elaboração e implementação de políticas públicas visam assegurar aos povos e comunidades tradicionais direitos já garantidos não apenas constitucionalmente, mas também no âmbito internacional e pela atuação articulada da sociedade e dos poderes públicos”.



Belo Monte mostra que é preciso dialogar, diz secretário

SÍTIO PORTAL PCH, 5.11.2013

As crescentes dificuldades enfrentadas pelo governo federal na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte detonaram a necessidade de regulamentar o artigo 231 da Constituição e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A avaliação é de Paulo Maldos, secretário nacional de articulação social da Secretaria Geral da Presidência. Segundo ele, os critérios para a consulta de comunidades indígenas antes da operação das usinas hidrelétricas estarão prontos até o fim do primeiro semestre deste ano.

"Sem uma regra, fica esse mal estar generalizado. A Funai (Fundação Nacional do Índio) garante que consultou todas as comunidades indiretamente afetadas por Belo Monte, mas diversos líderes indígenas asseguram que isso não ocorreu. Como não há uma regulamentação, essa insegurança permanece", diz Maldos, que coordena os estudos sobre o assunto.

Os índios que vivem próximos a Belo Monte chegaram a invadir o canteiro de obras da usina, que deve ser entregue em 2015.

Maldos destaca o artigo 7.º da convenção da OIT, que prevê que os povos afetados devem participar da formulação, implementação e avaliação de "planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente".

De acordo com o secretário, a regulamentação será um "instrumento poderoso na relação entre o Estado e as comunidades indígenas, especialmente".

"Temos 325 diferentes povos no Brasil, e 180 línguas distintas. Então a regulamentação deve contemplar os diferentes protocolos para o Estado se relacionar com os nossos povos", afirma Maldos. "Levei caixas com o texto da Convenção 169 para o Xingu, e todos os líderes o receberam muito bem. Sabem que esse será um instrumento importante para eles", completa o secretário.

Fonte: O Estado de S. Paulo.

Líder quilombola assume mandato na Câmara de Niterói

SÍTIO FOLHA DA MANHÃ, 5.11.2013



Crédito: divulgação

Por Gustavo Matheus

Renatão do Quilombo (PSOL) é o primeiro quilombola a assumir uma cadeira numa das casas legislativas fluminenses. O nobre foi empossado, nesta segunda-feira (04), vereador de Niterói.

Primeiro suplente do partido, o moço ocupa durante este mês – dia 20 será comemorada o Dia da Consciência Negra – a vaga de Paulo Eduardo, que viajou à Europa para receber uma homenagem do Parlamento Europeu e realizar palestras. Renatão é do Quilombo do Grotão, localizado no Parque Estadual da Serra da Tiririca.

“A luta em defesa do meio ambiente, das mais diversas formas de cultura popular e a defesa do povo negro terão forte destaque no nosso mandato”, disse o vereador.

Na foto, ele aparece ao lado do presidente da Câmara, Paulo Bagueira (Solidariedade).



Comunidades tradicionais querem aprovação de projeto que garante políticas públicas

SÍTIO SENADO FEDERAL, 5.11.2013

Centenas de representantes de quilombolas, indígenas, ciganos e pantaneiros defenderem a aprovação urgente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 7.447/10, do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Durante quase quatro horas, eles foram ouvidos pela Comissão de Direitos Humanos nesta terça-feira (5) e reclamaram também do preconceito, da intolerância religiosa e da falta de representatividade.

A audiência, presidida pela senadora Ana Rita (PT-ES), foi interativa e contou com a participação popular por meio da internet e do Alô Senado. A reunião aconteceu no mesmo dia da abertura da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília (DF), com o tema "Democracia e Desenvolvimento sem Racismo".

Políticas de Estado

O secretário nacional de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo Campos, reconheceu a dívida histórica do Brasil com as comunidades tradicionais e disse que a aprovação do PLC 7.447/10 é importante para garantir políticas de Estado e não de governo.

– Para haver políticas públicas duradouras, é preciso uma norma, um marco legal, caso contrário as ações não têm estabilidade e podem ficar restritas a um determinado governo – argumentou.

Depois de ouvir muitas reclamações, principalmente dos ciganos, relativas a falta de direitos básicos, Arnoldo Campos garantiu que o MDS tem a meta de trazer todas as comunidades tradicionais para dentro de programas sociais do governo, como o Bolsa Família, inclusive dos que não têm endereço fixo, situação em que se enquadram muitos grupos ciganos no país.

– Já são 14 milhões de famílias brasileiras participando do programa, mas 600 mil ainda estão fora. A comunidade cigana também tem direito e deve procurar os CRAS [Centros de Referência de Assistência Social] nos municípios. Ainda falta gente, mas estamos buscando. Quem ficou de fora até agora é porque está mais longe, mais excluído e mais invisível – afirmou.

CONT.



Representatividade

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, lembrou que o PL 7.447/10 foi proposto por um parlamentar negro, o que demonstra a existência, ainda que tímida, de representação dos afrodescendentes num espaço de poder como o Congresso Nacional.

– A luta pela aprovação do PL é justa, mas não é o fim. É preciso uma mudança na cara do Parlamento para termos aqui dentro ouvidos que nos ouçam e cabeças e corações que nos entendam. Temos que saber o quanto a democracia tem que se alargar para que todos nós caibamos dentro dela – afirmou a ministra, que defendeu um percentual mínimo para homens e mulheres negras nos Legislativos.

Já a assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), Deise Benedito, informou que existem hoje no território brasileiro 64 lideranças quilombolas inseridas no Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos por estarem sendo ameaçadas de morte.

Ela disse que todos os que são desrespeitados podem e devem denunciar pelo Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito, 24 horas por dia, mantido pela SDH e disse que a Secretaria está empenhada na apuração de ocorrências contra as religiões de matriz africana.

Resistência

Deise Benedito defendeu ainda a votação do PLC 4.471/12, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que extingue os chamados autos de resistência, medida administrativa criada durante a ditadura e até hoje usada pela Polícia Militar no registro de assassinatos cometidos por policiais.

– Os jovens negros são as maiores vítimas da violência policial, portanto cobrem de seus deputados federais e senadores a aprovação imediata deste projeto, que pode garantir a investigação dos crimes cometidos pelos policiais – pediu.

No fim da audiência, a senadora Ana Rita (PT-ES) informou que a Comissão de Direitos Humanos do Senado vai apoiar a aprovação dos projetos 4.471/12 e 7.447/10 e disse que a comissão está aberta para receber as demandas apresentadas na 3ª Conferência Nacional de Promoção à Igualdade Racial.

Anderson Vieira

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Promotores de Justiça de Sergipe têm tese jurídica aprovada no XX Congresso Nacional do Ministério Público
SÍTIO CLICK SERGIPE, 5.11.2013

A tese apresentada pelo Promotores de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Dr. Augusto César Leite de Resende e Dr. Dejaníro Jonas Filho, intitulada "A Ação de Improbidade Administrativa como Instrumento de Proteção dos Conhecimentos Tradicionais", apresentada no XX Congresso Nacional do Ministério Público, realizada na cidade de Natal/RN, foi aprovada por unidade e será publicada, com ISBN (International Standard Book Number) pela editora Lumen Juris, inclusive em formato de e-book.

O Promotor de Justiça Dr. Augusto César Leite de Resende explicou que a ideia central da tese é a de que "a ação de improbidade administrativa é um forte instrumento de proteção dos conhecimentos tradicionais, porque não há proteção e promoção eficaz dos direitos humanos e dos direitos fundamentais sem a perspectiva da punição".

O Promotor de Justiça Dr. Dejaníro Jonas Filho se aprofundou: "As comunidades tradicionais, tais como os povos indígenas, quilombolas e catadoras de mangaba, são portadoras de culturas únicas voltadas à utilização sustentável dos recursos da biodiversidade. Os saberes destas comunidades locais são considerados "bens", integrantes do patrimônio cultural imaterial brasileiro, porque se ajustam ao preceituado no art. 216, inciso II, da Constituição da República e no art. 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial".

"Nesse contexto, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de promover e proteger os conhecimentos tradicionais por meio do registro, de maneira que o agente público que deixar de promover o registro dos conhecimentos tradicionais poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa", finalizou Dr. Dejaníro.

A apresentação da tese foi extremamente prestigiada e parabenizada. O evento contou com a presença da Presidente do Conselho Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP e de diversos Promotores de Justiça do Brasil. Vários Membros do MP de Sergipe foram compartilhar desse momento de alegria. Estavam presentes, a Procuradora de Justiça Maria Creuza Brito de Figueiredo e os Promotores de Justiça, Adélia Pessoa, Arnaldo Figueiredo Sobral, Cláudia Virgínia Oliver de Sá, Luciana Duarte Sobral, Maura Silva de Aquino, Maria Helena Sanches Lisboa, Newton Silveira Dias Júnior, Nilzir Soares Vieira Júnior, Paulo José Francisco Alves Filho, Rafael Schvez Kurkowski, Rogério Ferreira da Silva e Virgílio do Vale Viana.



Pistas de pouso em áreas indígenas serão registradas como aeródromos particulares
SÍTIO EXTRA AMAPÁ, 5.11.2013

As pistas de pouso existentes nas terras indígenas do Amapá devem ser registradas como aeródromos particulares. A medida vai possibilitar o desenvolvimento de atividades em aldeias cujo acesso é feito somente por via aérea. A decisão da Justiça Federal é resultado de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em agosto de 2012.

A sentença também manteve liminar que autorizou órgãos públicos em serviço a utilizar pistas de pouso em caráter emergencial até que seja concluído o processo de registro delas como aeródromos particulares. Antes, para chegar às aldeias, as aeronaves contratadas pelo estado eram obrigadas a elaborar planos de voos fictícios, comprometendo a segurança da navegação aérea.

Em março de 2012, o MPF/AP firmou acordo para que órgãos responsáveis pela execução da política indigenista pudessem utilizar pistas de pouso não homologadas pela Anac. Para a Justiça Federal, "mostra-se louvável e legítimo todo o esforço do MPF buscando regularizar as pistas de pouso nas terras indígenas do Amapá, o que bem demonstra o cumprimento da sua função institucional de defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas."

Grupo de trabalho formado pela Funai identificou cinco pistas de pouso em terras indígenas consideradas prioritárias para regularização no Amapá.

Governo reconhece cinco comunidades quilombolas do AM

SÍTIO BLOG DO ARRETADINHO, 5.11.2013



Cinco comunidades quilombolas do município de Barreirinha (a 331 quilômetros de Manaus) foram reconhecidas no mês passado pela Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. É a segunda vez que o governo brasileiro faz este tipo de reconhecimento no Amazonas, Estado onde as comunidades remanescentes de quilombos têm pouca visibilidade.

A Portaria Nº 176 que certificou as comunidades Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Mutupuri e Trindade foi publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de outubro. A Fundação Palmares certificou outras 36 comunidades quilombolas no Brasil. O reconhecimento dá direito às comunidades de ter acesso às políticas públicas e a obter regularização fundiária do Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária).

A única comunidade reconhecida do Amazonas até então era a do Tambor, no município de Novo Airão (a 130 quilômetros de Manaus). A comunidade está localizada no Parque Nacional do Jaú. O reconhecimento da comunidade do Tambor ocorreu em 2006.

As cinco comunidades quilombolas de Barreirinha situam-se à margem do rio Andirá, na região do baixo rio Amazonas. Têm aproximadamente 227 famílias e uma população de 1.135 pessoas, segundo informações da doutoranda em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Magela de Andrade Ranciaro.

Segundo relatos de um dos moradores mais velhos das comunidades, Pedro Rodrigues da Costa (falecido em abril de 2013 aos 91 anos de idade), seus moradores são descendentes de um africano proveniente de Angola chamado Benedito Pereira de Castro. Seu destino, como

CONT.

escravo, foi inicialmente o Pará. Em seguida, se deslocou até o baixo rio Amazonas e se casou com uma índia da etnia sateré-mawé após a Abolição da Escravatura. O depoimento de Pedro foi dado a Magela e a outros dois pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), da Ufam, Emmanuel Farias Júnior e Carolina Silva.

Para Magela, o reconhecimento das comunidades quilombolas significa uma conquista histórica desencadeada pelos movimentos do ponto de vista da afirmação de sua identidade étnico-cultural quanto do alcance de políticas públicas a eles destinadas nas várias esferas da vida social.

“Há também a possibilidade de conquistas relativas à legalização jurídica da titulação e, portanto, de demarcação do seu espaço territorial, entre outras conquistas que daí resultará”, disse a doutoranda.

A titulação fundiária das comunidades é fundamental, conforme Magela, pois as comunidades são permanentemente ameaçadas por invasores, como madeireiros, proprietários de fazendas e grandes grupos de pescadores vinculados à pesca profissional e predatória.

Há outros registros de famílias originárias de quilombos no Amazonas, segundo o pesquisador Emmanuel Farias Júnior. “Têm comunidades nos municípios de Manaquiri, Barcelos e Itacoatiara, por exemplo. São comunidades negras, mas elas ainda não se reconhecem como quilombolas. Elas podem vir a reivindicar o reconhecimento e entrar inclusive com o pedido do processo de titulação territorial”, disse Emmanuel.



Vista da Comunidade Santa Tereza do Matupiri.
(Foto: Emmanuel Farias Júnior/ PNCSA)

Audiência

O Ministério Público Federal realiza neste mês várias ações para acelerar os processos nas terras quilombolas, segundo informou o procurador da República, Julio Jose Araújo Junior. Uma dessas ações será a cobrança do Incra para iniciar o processo de regularização fundiária das cinco comunidades de Barreirinha.

No dia 19, o MPF realiza em Manaus uma audiência pública para discutir os direitos dos negros e das comunidades quilombolas do

Estado. O evento faz parte da programação do “+ Quilombola”, iniciativa criada pelo MPF/AM em alusão ao mês da Consciência Negra.

“A Fundação Palmares faz a apuração e certifica. Essa é a primeira fase, mas isto não garante a terra. É o primeiro passo. A fase mais difícil é a que envolve a terra, a delimitação e a titulação pelo Incra”, disse o procurador.

Para Araújo, as comunidades quilombolas são mais “frágeis” do que as terras indígenas devido a sua pouca visibilidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

Quilombolas do Tambor

A primeira comunidade quilombolas reconhecida no Amazonas fica no município de Novo Airão, mas a titulação está paralisada devido ao impasse com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), órgão responsável pela gestão de unidades de conservação federal.

É que a comunidade está localizada no Parque Nacional do Jaú que, a rigor, não deveria ser ocupada por populações humanas. Atualmente, o caso está na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU).

fonte <http://amazoniareal.com.br/>



MPF/AM realiza programação em alusão ao mês da Consciência Negra

SÍTIO SURGIU, 5.11.2013

Atividades iniciaram ainda em outubro e seguem em novembro com a ida do projeto "MPF em Movimento" à comunidade do Barranco, na Praça 14, e audiência pública no dia 19

Ao longo deste mês de novembro, mês da Consciência Negra, o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) realizará uma série de atividades voltadas aos direitos e interesses dos negros e comunidades quilombolas do Estado do Amazonas, reunidas na programação intitulada pelo órgão de "+ quilombola". Nesta semana, a agenda de eventos prevê a ida de mais uma edição do projeto 'MPF em Movimento' até a comunidade quilombola do Barranco, no bairro Praça 14 de Janeiro, que iniciou processo para ser reconhecida como quilombo urbano.

O encontro será realizado na próxima quarta-feira, 6 de novembro, a partir das 19h, na Associação Batucada, no bairro Praça 14 de Janeiro, e contará com a participação de comunitários, procuradores da República e servidores do MPF. Apresentações culturais, debates sobre o processo de reconhecimento da comunidade e também sobre os direitos e outros assuntos de interesse da população negra do Estado farão parte da programação do evento, que será aberto à participação da sociedade.

A movimentação do "+ quilombola" começou ainda no mês de outubro. No dia 21 daquele mês, lideranças da comunidade do Barranco conversaram com o procurador da República Julio José Araujo Junior na sede do MPF e apresentaram documentos que já reuniram para o processo de reconhecimento da comunidade como quilombo urbano. Na oportunidade, o procurador divulgou a instauração de inquérito civil público para acompanhar o caso e cobrar dos órgãos responsáveis a realização dos estudos e análises necessários para a identificação da comunidade como remanescente de quilombo dentro dos prazos e parâmetros previstos na legislação.

Ainda no dia 24 de outubro, o procurador da República Julio Araujo esteve reunido com lideranças das comunidades quilombolas Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, São Pedro, Trindade e Ituquara, localizadas no rio Andirá localizadas no rio Andirá, no município de Barreirinha (distante 331 quilômetros de Manaus), para discutir o reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombos e a delimitação das terras tradicionalmente ocupadas por elas. As comunidades quilombolas de Barreirinha receberam a certificação da Fundação Palmares no último dia 25 de outubro.

Audiência pública – A programação do "+ quilombola" inclui, ainda, a realização de audiência pública no dia 19 de novembro, véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, na sede do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2013

Brasília, 5 de novembro de 2013.

MPF. A partir das 9h, serão debatidos os direitos e interesses dos negros e das diversas comunidades quilombolas espalhadas pelo Estado do Amazonas. O edital de convocação referente à audiência está disponível na página do MPF/AM na internet.

Os interessados em participar da audiência deverão realizar inscrição prévia por meio do telefone (92) 2129-4750 ou pelo e-mail oficiocivel5@pram.mpf.gov.br, informando nome completo, entidade ou órgão público a que eventualmente esteja vinculado e se há interesse em fazer manifestação oral durante o evento. As inscrições serão limitadas de acordo com a capacidade física do auditório da PR/AM.

Fonte: pgr

Postador: Samuel Charles